

**A LETRA E A FENDA: O ROMANCE *ALICE*, DE D. LUIZA F. DE CAMARGO PACHECO<sup>1</sup>**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivana Ferrante Rebello  
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma leitura do romance *Alice*, de D. Luiza F. de Camargo Pacheco, publicado em 1903. O romance apresenta características do Romantismo nacional, que concebe a mulher dentro dos parâmetros burgueses e patriarcais, mas apresenta, nas entrelinhas, um discurso eivado de contradições, por meio do qual se leem os mecanismos utilizados pela autora para expressar seu lugar e sua voz.

**Palavras-chave:** Romantismo; feminino; modelo patriarcal

**Abstract:** This work presents a reading of the novel *Alice*, written by D. Luiza F. de Camargo Pacheco, published in 1903. With Romanticism's resources which sees the woman according to the patriarchal model also features a full speech of contradictions through which were ad the mechanism sused to express a placeand a voice.

**Keywords:** romanticism; female; patriarchal model

O romance *Senhora*, de José de Alencar, que integra os quadros do Romantismo brasileiro, apresenta um diálogo peculiar entre os personagens Aurélia e Seixas. A jovem indaga ao marido:

– Que trazem de novo os jornais?

– Ainda não os li. Que mais lhe interessa? Naturalmente a parte noticiosa, o folhetim...

Ao mesmo tempo abria Seixas as folhas uma após outra, e percorrendo-as com os olhos, lia em voz alta para Aurélia o que encontrava de mais interessante. A moça fingia ouvi-lo. Seixas continuou a percorrer os jornais, como se acesse ao gosto de Aurélia. Nesse rápido exame, ia lendo as epígrafes, a ver se alguma tinha virtude de excitar a curiosidade da moça.<sup>2</sup>

O trecho, breve, ilustra o lugar da mulher na literatura nacional, até o início do século XX. Se à leitora, como demonstra o romance alencariano, interessava somente o folhetim com suas narrativas romanescas, quase todas inspiradas (ou traduzidas) em uma Europa gótica e enevoada, à mulher

<sup>1</sup> Este texto é resultado de pesquisas desenvolvidas com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG através do Projeto DEG – 00009/13.

<sup>2</sup> ALENCAR, 1974, p. 109.

escritora, restava um papel tímido, obscurecido pela sociedade patriarcal e sexista.

Podemos ainda citar outra passagem, entre muitas conhecidas da nossa literatura. No romance *A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, evidencia-se uma referência ao livro *Vindications for the rights of women*, de Mary Wollstonecraft, publicado em 1792, cujo teor era francamente favorável à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Traduzido por Nízia Floresta, em 1832, aparece no romance de Macedo como zombaria irônica e demolidora: “A bela senhora é filósofa! ... faze ideia! Já leu Mary Wollstonecraft, e como esta defende o direito das mulheres.” O desfecho do romance, conforme sabemos, leva à edificante celebração do amor romântico, que tão bem serviu aos ideais do mundo burguês.

Os exemplos servem-me ao ensejo para refletir sobre a mulher e a literatura no Brasil dos oitocentos, que, de resto, não se difere muito do papel destinado a todas as mulheres, em quase todos os lugares. Conforme nos lembra Virginia Woolf, durante séculos a mulher serviu de espelho mágico, que refletia a figura masculina com o dobro do tamanho natural. Também serviu de espelho mágico ao artista, tornando-se musa inspiradora, e sempre no papel de criatura, construída para reafirmar a soberania masculina. Para se tornar criadora, a mulher teria que enfrentar a sombra que emanava desse reflexo especular e servir de chacota ou depreciação, como ilustra o romance de Macedo.

Os muitos arquivos ainda existentes guardam nas páginas de diários, folhetins e cartas as vozes das mulheres-escritoras, caladas pela imposição do meio e pelo tempo. Frise-se, por acréscimo, que os arquivos empoeirados não nos interessam somente por terem sido escritos por mulheres. Interessam porque desvendam toda uma tradição de escrita feminina que foi obnubilada por uma história manipulada por homens; interessam porque traduzem anseios de mulheres que, para escrever, enfrentavam a censura e o medo; interessam porque revelam um pensar que se desgarrava dos afazeres domésticos e das tarefas mezinhas para expressar sentimentos, ideias e desejos que foram escondidos, mas que nos podem fornecer a

construção de uma outra história acerca da participação da mulher na vida intelectual brasileira.

Sair da casa para frequentar as páginas dos jornais foi um passo enorme, lento e doloroso. E nem sempre assinalou para o traço da rebeldia ou revolução. Escrever, em muitos momentos, e para algumas mulheres dos séculos passados, também significou fazer eco a uma tradição masculina impositiva. É sob esse crivo que apresento essa leitura do romance *Alice*, de D. Luiza F. de Camargo Pacheco.

Norma Telles em seu artigo “Escritoras, escritas e escrituras” traça a evolução que se inscreve no romance, como novo gênero do século XIX: “Cada romance se debruça sobre uma entidade individualizada e, por isso mesmo, particularizada para cada momento histórico. É o romance que difunde a prosa da vida doméstica cotidiana”.<sup>3</sup>A leitura de um romance dessa época, escrito por mulher, serve-nos ao ensejo para adentrar nos aposentos domésticos, sentar à mesa com seus personagens, levantar o tênue véu de impostura social, interpretar as discrepâncias, as rugas, os ruídos possíveis entre o que se quer mostrar e o que definitivamente se expõe.

O enredo evidencia, já no primeiro capítulo, Alice, uma jovem recém – casada, que, segundo o narrador, “não era uma beleza, no rigor pleno do temo, mas do seu todo parece promanavam eflúvios de simpatia e, logo ao primeiro olhar, adivinhava-se nela uma alma terna e sensível.” Enquanto Alice bordava, Renato, seu marido, lia os jornais. Via-se desenhado, nas páginas iniciais, o que seria o romance, se lido generalizadamente: um livro que reproduziria, fiel e detalhadamente, os mecanismos que estruturavam a sociedade de então.

Em uma viagem à Europa, Alice perde o pai e, posteriormente, o marido. Três anos depois, vive outra fatalidade: a perda do filho. Uma a uma as funções sociais da mulher vão desaparecendo: se a mulher não é filha de um homem, não é casada ou não é mãe, ela nada é. O que resta, então, à personagem? A clausura e o recolhimento: Alice se encerra num convento.

---

<sup>3</sup>TELLES, 2012, p.402.

Publicado em 1903, em Campinas, o romance, em suas 139 páginas, apresenta reconhecidas técnicas de inserir personagens dentro de certo contexto e situação social, que grita indiscutivelmente pelo limite psicológico onde elas transitam. Alice, “a alma terna e sensível”, carrega todos os clichês que calaram, limitaram e tolheram a mulher, em tempos não tão remotos: é esposa devota, filha obediente e mãe dedicada. Para seu azar, desperta a paixão de Eduardo, um típico *dandy*, que acabará por assassinar seu marido. Arrependido e redimido no final, Eduardo goza da complacência da sociedade, que lhe perdoa o crime. A Alice, a vítima, resta a opção redentora da clausura. Seu destino obedece à crueldade do patriarcado: pune-se a mulher que ousa despertar no homem o vício do desejo. Criminalizar a mulher vítima tem sido, desde sempre, uma tática conhecida de coação.

Dessa maneira, as personagens se veem arrastando a carga simbólica de uma época que se quer inteira por meio das partes mal resolvidas. Não há, para a protagonista, outra saída que não seja a clausura ou a morte, ambas com o mesmo traço significativo da sua condição anulada.

O amor é apresentado como instrumento de educação social e se torna uma forma de domesticação da mulher e da nova sociedade em crescimento. Por isso, os romances do século XIX se empenham em retratar casamentos socialmente convenientes, que agradam à sociedade de hierarquia patriarcal, na qual o homem assume o papel maior. Em geral, esses romances do romantismo produzem narrativas domésticas, o que não deixa de ser um estímulo à procriação e que, conseqüentemente, leva ao fortalecimento do Estado-nação. Violenta-se o direito de liberdade feminina em prol de um ideal de família e de governo. Paradoxalmente, o romance romântico, que deveria ser uma apologia ao amor, transforma-se numa armadilha às mulheres, ensinando-as a submeter-se ou adequar-se aos modelos patriarcais, sob pena de serem severamente punidas.

O livro *Alice* apresenta um prefácio de duas páginas, assinadas por não menos que Basílio de Magalhães, poeta, jornalista, membro de Academias literárias e deputado. O texto desse prefácio serve-nos para contextualizar a

obra ao período histórico e ao lugar em que o romance foi escrito. E é sobretudo um texto produzido por mãos masculinas:

Relegado à justa obscuridade que mereço, eu não teria accettato a honra de apresentar ao público este livrinho, si uma circumstancia todo fortuita não mo houvesse deparado ainda em manuscrito e si eu não tivesse visto nelle um signal positivo da regeneração social,— que constitue a meta dos meus mais fervorosos anhelos. Quando a insinuante bondade do Sr. Silvano Ferreira Pacheco e a captivante gentileza de sua digna esposa, a Ex.ma sr.a D. Luiza Ferreira de Camargo Pacheco, me permittiram a leitura deste opusculo, — não busquei analysal-o sob o ponto de vista literário, nem me dei ao trabalho de réspigarnelle, aqui e acolá, picuinhas grammaticaes ou violações das regras constringentes da esthetica impecável.<sup>4</sup>

Magalhães adverte ao leitor que o “encantador romancete” são “páginas amenas que combatem a deseducação e a irreligião. Afirma que o romance destina-se ao “sexo afetivo” e finaliza: “Alice é prova de que o bondoso coração da mulher não sabe expandir-se senão em ideais meigos e doutrinamentos sãos”. Em duas páginas, a escrita de D. Luiza de Camargo Pacheco se reduz a uma narrativa para mulheres, cujo cerne, longe de ser literário, está em ser mais um dos manuais de educação e de moral, em que senhoras ou moças casadoiras devam inspirar-se. O conteúdo desse prefácio, que poderia parecer-nos jurássico, é, no entanto, uma peça de perplexidade e reflexão.

A autora, a senhora desconhecida a quem o marido autoriza e patenteia a letra, mostra-se demasiado prudente na escrita e na crítica aos costumes. Afirma, na sua dedicatória “Às leitoras”, que seu livro visou “contribuir para o bem geral, que repousa incontestavelmente nas bases sólidas da religião e da educação”. Entretanto, evidencia, em sua narrativa, traços inequívocos de erudição: recorre a mitos helênicos, apresenta um pequeno estudo sobre *A imitação de Cristo*, de Santo Agostinho; cita frases em latim e em francês, faz referências a Balzac, Victor Hugo, Flaubert e Zola, demonstrando que conhecia sua obra. Além disso, faz descrições pormenorizadas do Rio de Janeiro e da cidade de Washington, nos Estados

---

<sup>4</sup>CAMARGO, p. 3, 1903. Optei por manter a grafia original da época.

Unidos, para onde a personagem Alice viaja, acompanhando o marido, que era engenheiro.

Teria D. Luiza Pacheco, moradora de Campinas, viajado ao Rio de Janeiro e aos Estados Unidos ou as descrições de seu livro seriam peças bem feitas de uma leitora inspirada? Seria possível ler Balzac, Zola, entre outros, sem refletir sobre a condição feminina? Em que momento, e sob quais sentimentos, a mulher suspende a agulha e a tesoura – instrumentos de costura patenteados pelo modelo social do patriarcado, para manejar a caneta e o papel e, a partir daí, escrever um outro tecido de sua existência? Essas questões, fornecidas pelo texto literário, permanecem, ainda, demandando maior esforço de pesquisa e análise.

O mesmo tecido discursivo que declara que os engenheiros olhavam máquinas e aperfeiçoavam conhecimentos entre “artefatos de imenso valor prático”, enquanto as mulheres se extasiavam na contemplação das *bijoux* e bibelôs, esses “pequeninos nadas que mais agradam a seu sexo”, é o que aponta, do outro lado da rua, da cidade americana, o “Edifício das Senhoras”, construído por doze arquitetas. Entre os “nadas” que constroem o discurso da sujeição feminina, erguem-se os edifícios feitos por mulheres e a consciência gradativa de uma voz que se erguia.

Nas fendas do texto, nas fissuras da letra, em que a mulher conseguia manifestar uma consciência, pode-se ler uma contradição a uma condição imposta. A literatura serviu de válvula de escape ao confinamento feminino, ainda que, como no caso da obra em análise, essa só tenha podido se manifestar com a benevolência do marido. Na breve biografia que pude construir sobre D. Luiza F. de Camargo Pacheco consta que ela era pianista, poeta, e que escrevia para os jornais de Campinas, ao lado de conterrâneas ilustres como Júlia Lopes de Almeida. Seu nome e seu texto, entretanto, jazem esquecidos na Biblioteca Brasileira.

A leitura do romance *Alice* evidencia que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Não basta revirar arquivos e compilar textos escritos por mulheres, nos séculos passados, e com eles construir genealogias, embora essas sejam de importância ímpar, para que se conheçam as várias histórias

submersas em camadas de poeira e de preconceito. É preciso que se mudem os estudos de literatura de modo substancial, para que se desenvolvam, com o tempo, novos instrumentos de análise. O lugar da escritora na história cultural do Brasil implica um difícil percurso que vai desde sua luta por ter acesso à voz até a forma como a escritora desenvolve estratégias discursivas para dialogar com a autoridade e o poder, no espaço exíguo de que dispunha.

A edição do livro de D. Luiza F. de Camargo Pacheco tem como epígrafe – utilizada em todos os livros da editora – a seguinte frase de Montaigne: *Je ne fais rien sans gaieté*. Sim, o riso, a alegria, a mordança feliz. Para que não nos esqueçamos do poder corrosivo das imposturas sociais e dos silêncios.

### Referências

ALENCAR, José de. *Senhora*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1974.

TELLES, Norma. *Escritoras, escritas e escrituras*.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *A Moreninha*. São Paulo: Martins, s/d.

PACHECO, Luiza F. de Camargo Pacheco. *Alice*. 1903. Disponível em: [www.brasilianausp.br/bbd/handle/1918/01243000](http://www.brasilianausp.br/bbd/handle/1918/01243000). Acesso em 12/09/2013.

Ivana Ferrante Rebello é professora da Universidade Estadual de Montes Claros/ UNIMONTES, MG e do Programa de Pós-Graduação em Letras/ Estudos Literários na mesma universidade. Possui pesquisas nas áreas de Literatura brasileira e Literatura de Minas Gerais; séculos XIX e XX, com destaque para José de Alencar, Guimarães Rosa, Mário de Andrade e estudos de gênero. Integra o Grupo de Pesquisas em Estudos Literários- GEL, da UNIMONTES. Autora do livro *Papagaio conta a História*, que apresenta estudo comparativo entre José de Alencar e Mário de Andrade. E-mail: [ivanaFerrante@hotmail.com](mailto:ivanaFerrante@hotmail.com)